



Município de Barra do Corda

Estado do Maranhão

LEI Nº 870, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Regulamenta o Auxílio Alimentação instituídos pelo Artigo 18C da Lei Orgânica Municipal, incluído pela Emenda à LOM Nº 10/2012, de 25 de junho de 2012 e dá outras providências”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA DO CORDA, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei,

FAÇO SABER, que nos termos dos §§§ 4º, 5º e 7º do Art. 44 da Lei Orgânica, promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica regulamentado o Auxílio Alimentação disposto no Artigo 18C da Lei Orgânica Municipal, incluído pela Emenda à LOM Nº 10/2012, de 25 de junho de 2012 e dá outras providências.

Art. 2º O Auxílio Alimentação, de caráter indenizatório, é concedido ao pessoal ativo, servidores estatutários, ao pessoal regido pela CLT em geral, aos servidores ocupantes de contratos temporários, de cargos em comissão.

Art. 3º O Auxílio Alimentação será disponibilizado até o dia 15 (quinze) do mês de competência, em cartão magnético:

I - para servidores com jornada de 20 horas semanais o equivalente a R\$ 200,00.

II - para servidores com jornada de 30 horas semanais o equivalente a R\$ 300,00

III - para servidores com jornada de 40 horas semanais o equivalente a R\$ 400,00

§ 1º O valor do Auxílio Alimentação de que trata a presente lei, poderá ser reajustado mediante lei específica, a critério do Poder Executivo.

§ 2º No mês em que ocorrer o ingresso ou desligamento do servidor, a concessão observará a proporcionalidade de dias de efetivo exercício.

Art. 4º Para efeitos desta lei, fica fixado em 30 (trinta) o número de dias de cada mês.

Art. 5º O servidor beneficiado contribuirá, para o custeio do Auxílio Alimentação, com 5% sobre o valor concedido, descontado em folha de pagamento, observado o mês de competência e recebimento.

Art. 6º Ao servidor admitido ou que retornar ao exercício das atividades do cargo ou da função, após o dia 15 (quinze), a concessão ou o restabelecimento do Auxílio Alimentação será efetuado no dia 15 (quinze) do mês subsequente.



Município de Barra do Corda

Estado do Maranhão

Art. 7º Ficam excluídos do recebimento total ou parcial do benefício, conforme o caso específico, os servidores que se encontrarem nas seguintes situações:

I – excluído totalmente enquanto ocupantes de cargo de Prefeito, Vice-prefeito, Secretário Municipal ou de cargo em comissão;

II – excluído nos dias de faltas justificada ou não ao serviço, ainda que por apenas um turno;

III – excluído totalmente enquanto em gozo de licença, remunerada ou não;

IV – excluído totalmente enquanto em gozo de auxílio-doença ou auxílio-doença por acidente de trabalho, a contar de data de concessão do benefício;

V – excluído totalmente enquanto licenciado por motivo de doença em pessoa da família;

VI – excluído nos dias de impontualidade, quando a impontualidade trazer prejuízo a remuneração do servidor;

VII – excluído totalmente pelo período que durar a aplicação da penalidade de suspensão;

VIII – excluído durante todo o período de afastamentos legais do cargo e/ou função, emprego ou estágio;

IX – excluído totalmente enquanto licenciado para prestar serviço militar;

X – excluído totalmente enquanto licenciado para concorrer e/ou exercer cargo eletivo;

XI – excluído totalmente se cedido sem ônus para o Município;

XII – excluído totalmente do pessoal inativo e pensionistas;

XIII – excluído totalmente enquanto estiver licenciado para exercer mandato classista;

XIV – Excluído totalmente durante o período de gozo de férias; e

XV – Excluído totalmente durante o período de gozo de recesso dos estagiários.

Parágrafo único. No caso de pagamento indevido por afastamentos, faltas ou desligamento, deverá o Auxílio Alimentação ser descontado no mês de retorno e/ou rescisão.

Art. 8º O Auxílio Alimentação de que trata a presente Lei:

I – é de caráter indenizatório;

II – não integrará o vencimento, remuneração ou salário nem se incorporará a estes para quaisquer efeitos;

III – não está sujeito às incidências de quaisquer contribuições, exceto a que consta no art. 5º da presente lei; e



Município de Barra do Corda

Estado do Maranhão

IV – não será computado para efeitos de quaisquer vantagens que o servidor perceba ou venha a perceber.

Art. 9º A empresa responsável por instrumentalizar a concessão do Auxílio Alimentação aos servidores será escolhida através de Processo Licitatório.

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Administração regulamentar as demais rotinas de inclusão, exclusão e operacionalização do Auxílio Alimentação.

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Administração efetuar a aquisição do Auxílio Alimentação e, em conjunto com os Núcleos de Apoio Administrativo, controlar a concessão, conforme o número de servidores de cada Secretaria/Órgão.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Administração disponibilizará cartão magnético de Auxílio Alimentação, que será conferido e retirado pelo responsável do RH, a quem competirá a guarda do mesmo até entrega.

Parágrafo único. Uma vez retirado, a perda ou extravio do cartão magnético será de responsabilidade do servidor.

Art. 13. Ao RH compete a entrega do cartão magnético do Auxílio Alimentação aos servidores, o controle dos recibos de entrega e o posterior encaminhamento destes ao setor responsável da Secretaria Municipal de Administração, para arquivamento.

Parágrafo único. A conferência do valor creditado no cartão magnético competirá a cada servidor, que no caso de encontrar problemas, deverá imediatamente comunicar ao encarregado do RH que reivindicará, junto à Secretaria Municipal de Administração, a reposição mediante comprovação.

Art. 14. O servidor que acumular dois cargos públicos no Município, de acordo com o previsto no artigo 37, XVI, da Constituição Federal, fará jus somente à percepção de um único Auxílio Alimentação.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDENCIA

Barra do Corda-Estado do Maranhão, 20 de novembro de 2019.

Gilvan José Oliveira Pereira

Presidente da Mesa Diretora

Gestão 2019-2020

PUBLICAÇÃO

Ato oficial originário do PLL 69 020/2019, aprovado em 20 de novembro de 2019 e Publicado através de afixação nos quadros de avisos da Prefeitura e da Câmara de Vereadores de Barra do Corda, em: 20/11/2019, conforme determina o Art. 13, Inciso II, alínea "i" da Lei Orgânica, digitalizado e publicado no portal <http://www.barradocorda.ma.leg.br>

Jose Ribamar Oliveira Azevedo
DIRETOR DE SECRETARIA

DOC.DIGITADO POR: ASEVEDO, Jose ribamar oliveira

Rua Isaac Martins, 297- Centro
Fone (0xx99) 3643-2333/0505
Barra do Corda/Ma.
CEP 65.950-000

www.barradocorda.ma.gov.br
prefeitura@barradocorda.ma.gov.br

MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 06.769.798/0001-17